

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E
OITO.** -----

--- Aos vinte e oito dias mês de Abril do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **Um**–APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–NOMEAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AUDITOR EXTERNO INDICADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Três**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO CEMITÉRIO DA ROMEIRA – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E MAGULHA – CONSULTORIA E INVESTIMENTOS, S.A.-----

--- **Quatro**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A LOUROGEST. -----

--- **Cinco**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE VENDA EM PROPRIEDADE PLENA DO LOTE XXVI DA ZONA INDUSTRIAL – SUPERFICIÁRIO: SANTACARNES, S.A. -----

--- **Seis**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E BALANÇO SOCIAL REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

--- **Sete**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E SEIS. -----

--- **Oito**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM. -----

--- **Nove**–APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE

“VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Botelho Amaro Almeida, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

--- **Presidentes de Junta:** -----
 José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoester), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos António Marçal (Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José João Delgado Pedro (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), João

Carlos Pando Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém) e Firmino Joaquim Prudêncio d'Oliveira (Vaqueiros).-----

--- Justificaram a sua ausência: -----

--- João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, Edmundo da Silva Lima – Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, e José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea. -----

--- Solicitaram a substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Carlos Manuel Luís Catalão (PS), Catarina Fernandes Garcia Correia (PSD), Helder Nuno Cruz de Jesus Oliveira Pombo (PSD), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), Luís Filipe Piedade Valente (PSD) e Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia (PSD). -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves e Luís Manuel Graça Batista. -----

--- Ausências: -----

--- Manuel António dos Santos Afonso, Lígia Corujo Reis Batalha, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que os documentos relativos à Prestação de Contas da Câmara Municipal não foram distribuídos devido a um problema informático ocorrido nos Serviços de Informática da Câmara, razão pela qual quer este assunto quer o Relatório e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados serão apreciados na continuação desta sessão. -----

--- Deu conhecimento da reunião havida com a Administração do CNEMA, salientando

ACTA Nº. 21/2008
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 28 de Abril de 2008

terem sido criadas pontes para se discutir o conteúdo da Moção aprovada nesta Assembleia, considerando haver condições para a realização uma nova reunião dentro em breve, tendo havido interesse por parte do CNEMA em criar sinergias. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão a Acta número vinte/dois mil e oito, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção.-----

--- Depois, solicitou a introdução na Ordem de Trabalhos de uma nova proposta relativa à Alteração ao Plano Director Municipal – Expansão da Zona de Desenvolvimento Económico Quinta da Mafarra, a qual será discutida na continuação da presente sessão, tendo o Plenário por unanimidade concordado.-----

--- Assim, a Ordem de Trabalhos ficou ordenada da seguinte forma: -----

--- **Um**–APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–NOMEAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AUDITOR EXTERNO INDICADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Três**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO CEMITÉRIO DA ROMEIRA – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E MAGULHA – CONSULTORIA E INVESTIMENTOS, S.A.-----

--- **Quatro**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A LOUROGEST. -----

--- **Cinco**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE VENDA EM PROPRIEDADE PLENA DO LOTE XXVI DA ZONA INDUSTRIAL – SUPERFICIÁRIO: SANTACARNES, S.A. -----

--- **Seis**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E BALANÇO SOCIAL REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

--- **Sete**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS

MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E SEIS. -----
--- **Oito**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM. -----
--- **Nove**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – EXPANSÃO DA ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO QUINTA DA MAFARRA.-----
--- **Dez**—APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----
--- Proseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção do senhor **Luís Almeida** que saudou todos os intervenientes nas comemorações do Vinte Cinco de Abril. Apelou ao plenário para que seja dada uma salva de palmas ao militares de Abril na pessoa do senhor Leonel Martinho do Rosário (Capitão de Abril). -----
--- Referiu com agrado o início das reuniões com o CNEMA esperando que haja bom senso de modo a que esta instituição possa contribuir para o desenvolvimento de Santarém.-----
--- Solicitou que continua a aguardar as informações respeitantes à feira realizada pela Câmara no Campo Infante da Câmara, agradecendo que as mesmas lhe sejam entregues com algum tempo de antecedência de modo a que as possa apreciar devidamente. -----
--- Destacou que a dívida encontrada pelo actual executivo, aquando da tomada de posse, se situava nos sessenta e sete milhões de euros, um valor muito abaixo dos tão falados oitenta milhões de euros.-----
--- Referiu-se à requalificação das rotundas em Santarém, alertando para um conjunto de problemas verificados em algumas destas rotundas, nomeadamente junto ao Retail Park que retira a visibilidade naquele local. Aproveitou para enaltecer a qualidade da intervenção na rotunda do complexo aquático. -----
--- Depois, interveio o senhor **José Luís Cabrita** que lamentou a realização de sessões da Assembleia Municipal no mesmo dia e hora das Assembleias da CULT dado haver

deputados que são membros dos dois órgãos, considerando que deveria haver alguma coordenação entre os Presidentes das respectivas Assembleias a fim de evitar situações desta natureza. -----

--- Referiu-se aos problemas de segurança no concelho, considerando que o Conselho Municipal de Segurança não deve ter apenas como função a apreciação de relatórios que lhe são apresentados, devendo, em seu entender, debater os problemas de segurança e apresentar sugestões para a sua resolução.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente à situação financeira do Centro Cultural Regional de Santarém, sublinhando que o problema financeiro deste Centro Cultural se prende não só com dívidas antigas da Autarquia a esta instituição mas também com a política cultural do Município e do Governo. -----

--- Deu conhecimento de que alguns membros da CDU efectuaram visitas às freguesias de Almoester, Pernes, Pombalinho, Póvoa da Isenta e Vaqueiros, realçando a forma como foram recebidos pelos executivos das respectivas Juntas de Freguesia. Destacou que nestas visitas foram abordados os problemas principais com que se debatem as populações destas freguesias.-----

--- Acrescentou terem sido também visitados os locais atingidos pelo tornado tendo sido tomadas notas sobre as principais preocupações de modo a serem tomadas medidas com vista a ser retomada a normal actividade das empresas afectadas. -----

--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, que agradeceu a todas as instituições que intervieram em socorro da população após o tornado ocorrido em Amiais de Baixo e Abrã. -----

--- Perguntou se existe algum plano municipal contra incêndios florestais uma vez que a época de verão se está a aproximar. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Vicente Batalha** que saudou o "Vinte Cinco de Abril". Trinta e quatro anos depois, o país comemorou de norte a sul. O Povo saiu à rua para festejar a Liberdade, não a memória, mas a vivência real e efectiva da Liberdade

ansiosamente esperada. Quem viveu o "Vinte Cinco de Abril", quem participou na sua génese, na resistência e luta que a ele conduziu, vive as comemorações de modo especialmente afectivo. Os que já nasceram depois de Abril de setenta e quatro, que respiraram no berço o ar da Liberdade, e nela foram criados, consideram natural e adquirida a Liberdade em que sempre viveram. Essa é a grande vitória, os jovens acreditam, como o poeta Ary dos Santos, que "As portas que Abril abriu, nunca mais ninguém as cerra". E independentemente do grau de conhecimento ou até do desconhecimento que as novas gerações possam ter em relação ao "Vinte Cinco de Abril", ele é só por si elemento indissociável da nossa Democracia, de que foi acto fundador. -----

--- O "Vinte Cinco de Abril", segundo disse, faz parte do código genético do fluir da nossa história, do que de melhor, mais heróico e moderno, tem essa história escrita pelo Povo, que nas ruas o vitoriou de cravo ao peito. Santarém – Capital de Abril – festejou com forte sentido positivo, abertura, afirmação de valores, solidários, humanistas e universalistas, compromisso com a Liberdade e o Futuro, num rico e importante programa de iniciativas, da Câmara Municipal e da Comissão das Comemorações Populares, que louva. Sem destacar nenhum ponto em especial, não pode deixar de fazer referência ao tradicional almoço do "vinte cinco de Abril", na ex-Escola Prática de Cavalaria (EPC), onde ecoaram as vozes dos militares de Abril, Cuco Rosa e Costa Martins, e onde ecoa imortal a voz de comando do nosso Capitão Salgueiro Maia. É generalizada a expectativa em torno do futuro daquele património, do destino que vai ser dado à história daquele edifício, por onde passou a história do "Vinte Cinco de Abril". --

--- Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre se tem notícias do processo da ex-EPC, que lhe vai acontecer, a que junta também as suas expectativas em relação ao destino a dar ao antigo Presídio Militar. -----

--- Prosseguiu, referindo que depois de Abril, vem Maio. O Primeiro de Maio vai ser uma grande jornada de festa e de luta. Os trabalhadores portugueses, unidos aos trabalhadores do mundo inteiro, vão fazer ouvir a sua voz, afirmar os seus direitos,

reivindicações e exigências. Numa situação difícil, em que o desemprego alastra por centenas de milhares de famílias, os baixos salários persistem, a precariedade é regra, e se discutem as alterações ao Código do Trabalho, com enormes injustiças e dificuldades a pairar sobre os que vivem da sua força de trabalho, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, avança a pauperização de largos sectores da nossa sociedade. A festa do Primeiro de Maio é uma afirmação de vitalidade e confiança no futuro, com os trabalhadores, porque os trabalhadores sabem que, quando se luta nem sempre se ganha, mas, quando se desiste de lutar, perde-se sempre, saudando a festa e a luta do Primeiro de Maio. -----

--- Concluiu, com uma nota final à Rádio Pernes que comemora vinte e oito anos no dia Primeiro de Maio. É um bonito dia para nascer. Santarém, o concelho e a região, consideram-na como sua e, pelos serviços prestados, devem alguma coisa ao seu serviço público de informação, apresentando Parabéns à Rádio Pernes.-----

--- Tomou a palavra a senhora **Dunia Palma** que se referiu ao fórum realizado pelo Instituto Politécnico de Santarém sobre o Ensino Superior na Região de Lisboa e Vale do Tejo perguntando se existe alguma articulação entre Plano Estratégico, que está a ser elaborado pelo Dr. Augusto Mateus, e as Escolas do Politécnico. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Eugénio Pisco** sublinhando o que disse na sessão de Dezembro de dois mil e sete sobre a alteração da Lei Eleitoral, que a concretizar-se corresponderia a uma alteração significativa do quadro actualmente existente, com prejuízos para os órgãos autárquicos. Considerou que as manifestações de descontentamento levadas a cabo por inúmeros órgãos do poder local acabaram por ter um peso importante nesta matéria salvaguardando, assim, a actual Lei Eleitoral que tem garantido a vontade das populações na eleição das Câmaras, Assembleia Municipais e Juntas de Freguesia.-----

--- Interveio, de seguida, a senhora **Anabela Almeida** que solicitou esclarecimentos sobre a possível mudança da Escola do Primeiro Ciclo de Tremês do Agrupamento de Escolas D. João II para o Agrupamento de Escolas de Alcanede, esperando que a mesma

não venha a acontecer sem o conhecimento de pais e professores interrompendo a implementação de um projecto educativo.-----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que referiu que desde mil novecentos e setenta e quatro muita coisa mudou, felizmente para melhor. Contudo, em seu entender, existe uma dívida de reconhecimento e de gratidão do Vinte Cinco de Abril para com as mulheres portuguesas. Sugeriu ao senhor Presidente da Câmara para nas próximas comemorações do Vinte Cinco de Abril não se esquecer de homenagear as mulheres portuguesas que também tiveram um papel importante na revolução dos cravos.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente ao Centro Cultural Regional de Santarém, solicitando a intervenção da Câmara na ajuda desta instituição.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Luís Leitão** que referiu ter conhecimento de terem sido solicitados pareceres jurídicos sobre a nomeação do Conselho de Administração da empresa “Águas de Santarém”, querendo saber se já existem os referidos pareceres. ----

--- Perguntou se a Câmara tem elaborado o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias consagrados no artigo décimo da Lei do Estatuto do Direito de Oposição e se o mesmo foi publicado em diário da república.-----

--- Tomou, seguidamente, a palavra o senhor **Nuno Serra** que deu os parabéns ao Executivo Municipal e à Organização das Festas da Cidade pelo sucesso alcançado e dignidade dada ao dia da cidade.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente aos problemas de segurança em Santarém, sobretudo no Centro Histórico, salientando a falta de agentes de segurança no concelho que permitam partilhar devidamente os locais, apelando à intervenção do senhor Governador Civil do Distrito de Santarém nesta matéria. -----

--- Salientou que gostaria de obter informação mais detalhada sobre a reunião havida com a Administração do CNEMA. -----

--- Concluiu, solicitando esclarecimentos sobre o protocolo celebrado com vista à deslocação de pessoas para serem operadas em Cuba.-----

--- Interveio, depois, a senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, que alertou para o problema do Pinheiro das Areias, no Vale de Santarém, árvore secular, que corre perigo de extinção.-----

--- Quis saber qual a situação do edifício que era pertença de Rosa Tomás o qual está a ser utilizado por pessoas pouco desejáveis.-----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Aires Lopes** que referiu que o CDS-PP solidariza-se com as populações de Amiais de Baixo e de Abrã na sequência do tornado ocorrido naquelas freguesias, salientando que o seu partido está a acompanhar o problema no sentido das ajudas prometidas serem disponibilizadas com celeridade. -----

--- Questionou se a Câmara Municipal de Santarém tem algum plano de acção de combate a incêndios florestais tendo em conta a proximidade da época de incêndios. -----

--- Interveio, depois, o senhor **José Ilídio Freire**, Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, que salientou que na revista Fórum vem referida uma verba de mil e oitocentos euros para a aquisição de uma máquina fotocopadora. Contudo, essa importância ainda não foi recebida pela sua Junta de Freguesia, bem como a verba de quinhentos euros mensais, para o transporte escolar, acordada com o senhor Presidente da Câmara, também não tem sido paga.-----

--- Quis saber qual o ponto de situação da construção do muro de vedação do Jardim de Infância, da iluminação da zona envolvente do Centro de Apoio à Família e dos sanitários públicos.-----

--- Referiu ter recebido uma verba respeitante às facturas das intempéries, perguntando qual o motivo de ter ficado por pagar uma dessas facturas. -----

--- Concluiu, solicitando um conjunto de esclarecimentos em relação a obras na sua freguesia, designadamente a substituição de três postes de iluminação pública; requalificação da Ponte no lugar das Correias; pintura do Jardim de Infância de Abitureiras, assim como a aquisição de uma viatura para os transportes escolares. -----

--- Usou da palavra o senhor **Ezequiel Louro**, Presidente da Junta de Freguesia de Abrã, que agradeceu a rápida intervenção do senhor Vereador Ramiro Matos aquando do

tornado em Abrã e Amiais de Baixo, bem com a todos aqueles que prestaram auxílio às populações das zonas afectadas. -----

--- Lamentou que a comunicação social não tenha feito uma cobertura adequada em relação ao que se passou na sua freguesia. -----

--- A seguir, o senhor **Pedro Malaca** interveio congratulando-se com a capacidade de resposta das autoridades após o tornado ocorrido em Abrã e Amiais de Baixo, solidarizando-se com as respectivas populações afectadas. -----

--- Quis saber quais as medidas que estão a ser tomadas com vista à melhoria da segurança do peões em Santarém. -----

--- Saudou as comemorações do Vinte Cinco de Abril. -----

--- Concluiu, considerando que as verbas que estão a ser gastas na requalificação das rotundas, em seu entender, seriam melhor aplicadas noutras áreas. -----

--- Depois, tomou a palavra a senhora **Ana Marta Rodrigues** que lembrou que em Julho de dois mil e sete questionou o executivo sobre a criação da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu que a mesma seria criada no âmbito da CULT. -----

--- Estranhou que passados sete meses, segundo verificou nas actas das reuniões da Junta da CULT, a Câmara ainda não tenha decidido se iria ou não integrar a dita SRU. -----

--- Perguntou a quem se deve todos estes atrasos e a quem são imputáveis os mesmos, querendo também saber se há ou não vontade política por parte do actual Executivo de integrar uma SRU intermunicipal. -----

--- Agradeceu a celeridade na resposta ao seu requerimento apresentado na última sessão da Assembleia, referindo que gostaria de ser esclarecida em relação a duas questões: a primeira, prende-se com a data das obras ali indicadas porque, segundo sabe, nem a requalificação dos eixos estruturantes da cidade, nem a reabilitação do sistema de saneamento de Santarém se encontram concluídos; a outra, diz respeito à data da aprovação da candidatura na CULT e não à data de homologação que lhe foi fornecida. -

Prosseguiu, referiu que, segundo teve oportunidade de apurar, a contratualização dos

projectos financiados por fundos comunitários foi no início do Quadro Comunitário de Apoio – três. Ou seja, durante o anterior mandato. Este executivo, prosseguiu, limitou-se a proceder à reformulação e renegociação da candidatura do Parque Desportivo Municipal que foi substituída pela requalificação dos eixos estruturantes e pela reabilitação e ampliação do sistema de saneamento de Santarém.-----

--- Concluiu, salientando que ao contrário daquilo que aqui tantas vezes se diz, o PS não deixou só dívidas, também deixou aprovados fundos comunitários que permitem agora ao executivo fazer obra. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, que referiu que a sua Junta de freguesia adquiriu uma carrinha com vista a suprir a falta de transporte escolar das crianças. Contudo, apesar das insistências a Junta ainda não recebeu qualquer importância para pagamento da referida viatura, nem sequer para pagamento da entrada inicial.-----

--- Quis saber qual o ponto de situação do Centro Escolar de Almoester.-----

--- Solicitou esclarecimento em relação a uma reunião havida sobre a criação de uma quinta ecológica em Albergaria.-----

--- Referiu-se ao problema das vacarias e suiniculturas no concelho, salientando que o concelho de Santarém e a Zona Oeste do País representa uma parte importante destas explorações, perguntando qual a situação do concelho em matéria de licenciamento para este tipo de actividade. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Vereador Ramiro Matos** que informou haver alguns planos operacionais com vista ao combate de incêndios florestais. -----

--- Prestou esclarecimentos em relação aos fundos comunitários, referindo que aquilo que o PS deixou foram saldos e se o actual executivo não tivesse apresentado alguns projectos para aproveitar esses saldos do FEDER, Santarém perderia muito dinheiro. Sublinhou que Santarém foi fortemente penalizada, no âmbito do QCA – três, porque, em dois mil e dois, não negociou devidamente os critérios que presidiram à distribuição dessas verbas, destacando que Santarém deve ter perdido cerca de três milhões de euros.

--- Salientou que este executivo tem aproveitado ao máximo os fundos comunitários para a Lezíria do Tejo apresentando uma execução em termos de FEDER superior a cem por cento.-----

--- Informou que a Câmara de Santarém está interessada na constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana inter-municipal desde a primeira hora em que essa possibilidade foi colocada numa reunião em Sesimbra. Prestou esclarecimentos sobre o andamento do processo referindo que se passaram quase oito meses até que, em Janeiro do corrente ano, a CULT apresentou documentos que não foram discutidos previamente com os Municípios como se estivessem já fechados tendo sido, nessa oportunidade, abordadas algumas questões relacionadas com a renegociação do capital social da empresa. Prosseguiu referindo que na última reunião da CULT, foram colocadas uma série de questões à empresa que está a tratar do processo tendo ficando a aguardar o envio dos documentos finais para que os mesmos possam ser discutidos pelo executivo, salientando que Santarém não atrasou em nada o processo -----

--- Concluiu, solicitando ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almoester para lhe fornecer cópia dos documentos respeitantes à aquisição da carrinha. -----

--- Depois, interveio o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que esclareceu que no início do próximo mês de Maio irão ser pintadas cerca de sessenta passadeiras para peões na área de Santarém. -----

--- Relativamente ao Pinheiro das Areias informou que irá ter uma reunião amanhã com a senhora Presidente de Junta do Vale de Santarém na qual será abordado este assunto. ----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** começou por falar de Abril, mês da Liberdade, referindo que Portugal deu um salto importante nestes trinta e quatro anos de democracia, sublinhando que as comemorações do Vinte Cinco de Abril têm grande significado para o actual executivo e realçando as iniciativas levadas a cabo pelo Município de Santarém. -----

--- Quanto ao relatório do Direito de Oposição referiu não ter conhecimento de nenhuma Câmara proceder à elaboração destes relatórios, salientando que no Município de

Santarém a oposição é feita dentro da normalidade sendo-lhes facultado todo o tipo de informação que necessitem.-----

--- No tocante às rotundas lembrou que este executivo não construiu nenhuma rotunda, excepto a que agora está a ser construída junto ao Tribunal, referindo que o Município está a proceder à requalificação das rotundas com o apoio de fundos comunitários, sublinhando que a Câmara apenas irá despende cerca de duzentos e quarenta e cinco mil euros para o seu embelezamento. -----

--- Disse não ter qualquer informação relativamente às ex-instalações do Presídio Militar e da Escola Prática de Cavalaria.-----

--- Informou que a Câmara efectuou recentemente o pagamento do subsídio ao Centro Cultural Regional de Santarém, referente a três meses. Todavia, o problema do Centro Regional prende-se com o facto do Ministério da Cultura não transferir verbas para esta instituição.-----

--- Relativamente aos Agrupamentos Escolares esclareceu existir uma proposta do Ministério da Educação no sentido de serem reformulados os referidos Agrupamentos, considerando que não é por uma Escola mudar de Agrupamento que põe em causa as políticas de fundo, razão pela qual a Câmara deu o seu parecer favorável porque não verificou qualquer inconveniente para os professores e alunos. -----

--- Esclareceu que a causa do problema informático ocorrido na Câmara já foi detectado, adiantando que na próxima segunda-feira irá ser iniciado o processo de recuperação dos ficheiros que são milhões.-----

--- No que diz respeito às consultas em Cuba, considerou que o Bastonário da Ordem dos Médicos veio a público intervir sobre esta matéria porque é oftalmologista e trabalha e ganha dinheiro com a doença dos olhos. Contudo, o protocolo em causa, segundo referiu, tem como objectivo prestar apoio social a quem precisa e não pode ir a uma clínica privada. Salientou que o facto de Santarém ter celebrado este protocolo foi bastante positivo pois fez despoletar o problema das listas de espera. -----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que a questão de Cuba é um

assunto muito delicado. Santarém tem um Hospital Distrital que tem responsabilidades na área de oftalmologia que não está a conseguir satisfazer as necessidades. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara para falar com a Administração do Hospital de Santarém para que em conjunto tentem resolver os problemas de oftalmologia existentes no concelho de Santarém.-----

--- Considerou que Cuba é uma solução de recurso, no entanto este protocolo já desempenhou uma função importante que foi criar uma convolução para que quem de direito tente resolver o problema das listas de espera. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que informou ter marcada uma reunião com a Administração do Hospital de Santarém para a próxima semana. -----

--- Interveio novamente a senhora **Ana Marta Rodrigues** que procedeu à leitura de excertos das actas das reuniões da Junta da CULT de trinta e um de Janeiro e de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e oito onde a Câmara foi questionada sobre a sua intenção de participar numa SRU intermunicipal. -----

--- Teceu algumas considerações sobre os fundos comunitários para a reabilitação e ampliação do sistema de saneamento de Santarém e para a requalificação dos eixos estruturantes da cidade, referindo ser inquestionável que eles provêm de fundos inicialmente aprovados para o Parque Desportivo Municipal. Considerou que se os fundos comunitários são melhor aplicados num sítio ou outro, isso é uma questão de opção política -----

--- Tomou a palavra, o senhor **Vereador Ramiro Matos** que sublinhou que em Julho de dois mil e sete, numa reunião da CULT em Sesimbra, no seguimento de uma proposta para a constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana intermunicipal, a Câmara informou que já tinha o processo concluído para a criação de uma SRU no âmbito do Município de Santarém. No entanto, em face da proposta apresentada, o Município manifestou a sua disponibilidade para participar nessa solução intermunicipal. -----

--- Prosseguiu prestando mais alguns esclarecimentos sobre o andamento do processo, referindo que o atraso verificado na criação da SRU intermunicipal é da responsabilidade

da CULT.-----

--- Quanto aos fundos comunitários explicou que os saldos aproveitados pelo actual executivo deram para a requalificação das rotundas, da Rua do Mercado, da Avenida do Brasil, etc. Portanto, são fundos que não estavam salvaguardados com as candidaturas apresentadas, tendo sido o reaproveitamento desses saldos, que foram levados até à exaustão que permitiu a apresentação de mais uma candidatura de setecentos e cinquenta mil euros para a área da educação.-----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**.-----

--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que considerou que a Câmara Municipal de Santarém e a CULT definitivamente não se entendem, salientando que, segundo vem mencionado na presente Informação escrita, as obras de saneamento na Póvoa de Santarém/Verdelho se encontram parcialmente suspensas.-----

--- Salientou ter ficado surpreendido pelo IEP ter exigido ao Município de Santarém uma caução de cerca de cento e quarenta e quatro mil euros para serem executados trabalhos numa Estrada Nacional.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Eugénio Pisco** que solicitou esclarecimentos mais detalhados sobre as compensações para Santarém no âmbito do processo Alcochete/Ota.

--- Tomou, a seguir, a palavra a senhora **Dunia Palma** que sublinhou a pergunta formulada na sua anterior intervenção, nomeadamente se já foram estabelecidos contactos com o Instituto Politécnico no âmbito do Plano Estratégico que está a ser elaborado pelo Professor Augusto Mateus.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** interveio, tecendo críticas em relação ao procedimento da CULT no sentido de prejudicar Santarém em matéria de fundos

comunitários para saneamento básico, sublinhando que para este executivo os interesses de Santarém estão em primeiro lugar. -----

--- Destacou que Santarém está a candidatar-se ao PEASAR II em alta, adiantando que as obras de saneamento em Achete irão ser concluídas dentro do prazo previsto. -----

--- Referiu que as cauções são normais, salientando que o Município irá começar a tomar semelhantes procedimentos a fim de não ser lesado como aconteceu com a empresa Águas do Oeste. -----

--- Quanto às compensações do processo do aeroporto Alcochete/Ota esclareceu que tem mantido reuniões com o Governo referindo que as negociações estão bem encaminhadas, lamentando, todavia, não poder dar mais informações sobre este assunto em face de acordo de sigilo existente nesta fase negocial do processo. -----

--- Em relação aos contactos com o Politécnico de Santarém informou que este Instituto é um parceiro estratégico para Santarém, no entanto ainda não chegou a altura devida para estabelecer esses contactos. -----

--- Aproveitou para responder à pergunta formulada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, no período de antes da ordem do dia, referindo que o Centro Escolar de Almoester também foi incluído de acordo com as directivas do governo. Contudo, é a DREL que define as prioridades de acordo com a maturação dos projectos.

--- *Seguidamente, foi dada por encerrada a discussão deste ponto o qual não carece de qualquer votação.* -----

--- **PONTO DOIS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e um de Abril de dois mil e oito, tenho a honra de propor à aprovação da Exm^a. Assembleia a nomeação, pelo período de um ano, da BDO bdc & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, como auditora externa do Município de Santarém, nos termos do disposto do número dois, do

artigo quarenta e oito, da Lei número dois/dois mil e sete, de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais)”. -----

--- Interveio o senhor **Luís Leitão** solicitando esclarecimentos sobre o tipo de procedimento utilizado para esta prestação de serviços, quantas firmas foram consultadas e quais os custos desta prestação de serviços. -----

--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que referiu nada ter a opor em relação à presente nomeação. Contudo, em seu entender, a proposta deveria vir acompanhada de uma informação sobre a sociedade em causa. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Ramiro Matos** que salientou que diz a Lei que cabe à Assembleia nomear o auditor externo indicado pelo Executivo Municipal e não adjudicar a prestação de serviços. -----

--- Informou que esta prestação de serviços, fruto de mais uma legislação avulsa do actual Governo, custará à autarquia cerca de vinte mil euros anuais, para ter as suas contas certificadas. -----

--- Referiu que a escolha desta sociedade prendeu-se com o facto de entre os três concorrentes a BDO já ter realizado uma auditoria à tesouraria da Câmara, destacando que em termos de custos são todas muito semelhantes dado todas elas se regularem pela mesma tabela de honorários. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Nomeação de Auditor Externo do Município de Santarém**, nos termos do disposto do número dois, do artigo quarenta e oito, da Lei número dois/dois mil e sete, de quinze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte seis votos a favor, zero votos contra e treze abstenções. -----

--- **PONTO TRÊS – PLANO DE PORMENOR DO CEMITÉRIO DA ROMEIRA – PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E MAGULHA CONSULTORIA E INVESTIMENTOS SA.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e um de Abril de dois mil e oito, tenho a honra de propor a aprovação pela Exm^a. Assembleia do protocolo em epígrafe, que se anexa, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.

--- Usou da palavra o senhor **Eugénio Pisco** que levantou algumas dúvidas quanto à área do terreno mencionada na proposta.

--- Manifestou algumas reservas dado ser o promotor a elaborar o Plano de Pormenor uma vez que nem sempre os interesses dos promotores são coincidentes com os do Município.

--- Interveio, depois, o senhor **Nuno Serra** que referiu que a sua bancada do PSD tem o maior respeito por qualquer solicitação proveniente das Juntas de Freguesia.

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Luís Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, que referiu que este processo resulta de uma solicitação da sua Junta de Freguesia, considerando que a aprovação deste protocolo irá permitir resolver os problemas dos pavilhões de criação de perus e do alargamento do Cemitério da Romeira.

--- Concluiu, alertando para a necessidade do saneamento básico tendo em conta o aumento dos indícios de construção na sua freguesia.

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Arquitecto António Duarte** que referiu haver um lapso na área do terreno, clarificando a mesma é de vinte e um, vírgula duzentos e cinquenta hectares e não vinte e um mil duzentos e cinquenta metros quadrados.

--- Esclareceu que é a Câmara que impõe as regras sobre a elaboração do Plano de Pormenor, sublinhando que a equipa do promotor é um mero desenhador daquilo que são as condições impostas pela autarquia para aquele local. A entrega deste tipo de trabalhos ao promotor permite, muitas vezes, dar andamento mais célere aos processos.

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Plano de Pormenor do Cemitério da Romeira – Protocolo a Celebrar entre o Município de Santarém e Magulha – Consultoria e Investimentos,**

SA., nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi apresentada a seguinte Declaração de Voto:-----

---“A CDU votou a favor por estarem em causa questões do desenvolvimento da freguesia da Romeira, ambientais e de alargamento do seu cemitério, discordando, embora, da metodologia encontrada de entrega ao promotor da elaboração do Plano de Pormenor, na ressalva de que deve caber à Câmara o poder de decisão”.-----

--- O senhor **Nuno Serra** efectuou a seguinte Declaração de Voto: -----

---“A Bancada do PSD votou favoravelmente o ponto, Plano de pormenor do cemitério da Romeira – Protocolo a celebrar entre o Município de Santarém e Magulha – Consultoria e Investimentos S.A., com base nas seguintes considerações: -----

--- Um–A solicitação da alteração aos níveis de construção foi realizada pela Junta de Freguesia da Romeira com o objectivo de resolver um antigo problema da população desta freguesia; -----

--- Dois–A celebração deste contrato tem como, único e exclusivo, objectivo conseguir a ampliação do cemitério e acabar com os nove pavilhões de criação de perus que levantam graves problemas ambientais e de saúde pública;-----

--- Três–Este contrato, vem em prol da população, antecipar uma consideração idêntica a ser produzida pela Revisão do Plano Director Municipal e que demoraria no mínimo mais três anos a estar concluída; -----

--- Quatro–Este contrato contempla um baixo índice de construção relativamente aos parâmetros aplicados nos planos vizinhos e que, de alguma forma, vem salvaguardar a zona em causa de uma construção massiva e desordenada. -----

--- Contudo, a bancada do PSD sente-se no dever de transmitir ao Município que: considera essencial a padronização das contrapartidas que são negociadas na celebração

destes contratos. Isto, por forma a existir uma contabilização o mais real possível dos custos e proveitos, materiais e imateriais, atribuídos ao Município”.-----

--- **PONTO QUATRO – PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A EMPRESA LOUROGEST – SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e um de Abril de dois mil e oito, tenho a honra de propor a aprovação pela Exm^a. Assembleia do protocolo em epígrafe, que se anexa, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Ezequiel Louro**, Presidente da Junta de Freguesia de Abrã, que salientou que o presente protocolo resultou da necessidade da empresa Lourogeste pretender construir habitações a custos controlados para os seus colaboradores, referindo que a celebração do referido protocolo irá permitir resolver parte dos problemas de construção na sua freguesia.-----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Protocolo a Celebrar entre o Município de Santarém e a Empresa Lourogest – Sociedade de Gestão Imobiliária, Lda.**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade.**-----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “ A CDU votou a favor, por estar em causa o desenvolvimento do lugar de Amiais de Cima/Freguesia de Abrã, com a construção de habitação a custos controlados, discordando embora da metodologia encontrada de entrega ao promotor da elaboração do plano de pormenor, naturalmente sob a supervisão da Câmara Municipal”.-----

--- PONTO CINCO – PROPOSTA DE VENDA EM PROPRIEDADE PLENA DO LOTE XXVI DA ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE SANTARÉM – SUPERFICIÁRIO: SANTACARNES, SA. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e um de Abril de dois mil e oito, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia que autorize a venda à Santacarnes, Comércio e Indústria de Carnes de Santarém, SA, em propriedade plena, de um terreno com a área de quarenta e três mil cento e noventa e sete vírgula quarenta e quatro metros quadrados, sito na Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém, inscrito na matriz sob o artigo predial urbano número mil trezentos e trinta e quatro, da freguesia da Várzea e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santarém sob o número quatrocentos e dezassete, pelo montante de um milhão setenta e um mil duzentos e noventa e seis euros e cinquenta e um cêntimos, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- O senhor **Luís Almeida** considerou que Santarém precisa de empresas com vitalidade e capacidade de criar riqueza e emprego, sublinhando ser de todo o interesse a aprovação desta proposta. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Eugénio Pisco** que discordou da proposta apresentada, lembrando que também foi contra a alteração do Regulamento da Zona Industrial que permite a venda de lotes em propriedade plena. Considerou que as razões invocadas são possíveis com a cedência do direito de superfície, não sendo necessário, em seu entender, a alienação do lote em causa. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Venda em Propriedade Plena do Lote XXVI da Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém – Superficiary: Santacarnes, SA.**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas

pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e cinco votos a favor, cinco votos contra e cinco abstenções. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** propôs que os **Pontos Oito e Dez** fossem discutidos nesta reunião, ficando os Pontos Seis, Sete e Nove para a continuação desta sessão.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a alteração do **Ponto Oito** tendo sido deliberado concordar por maioria, com vinte cinco votos a favor, vinte e um votos contra e uma abstenção. -----

--- De imediato, submeteu a votação a alteração do **Ponto Dez**, tendo o plenário, por unanimidade, concordado-----

--- **PONTO OITO – PROPOSTA DE EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM.**-----

--- No seguimento da reunião do Executivo Municipal de vinte e um de Abril de dois mil e oito, a Câmara Municipal deliberou submeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, a proposta número quatro/P/dois mil e oito que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que:-----

--- **Um**–Por deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte de Agosto de dois mil e sete foi decidido, nos termos conjugados da alínea a) do número um do artigo oitavo da Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e da alínea l) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, propor à Assembleia Municipal a constituição da empresa municipal A.S. – Empresa de Águas de Santarém, EM, S.A. e a subsequente extinção dos Serviços Municipalizados de Santarém; -----

--- **Dois**–Por deliberação da Assembleia Municipal de vinte e oito de Setembro de dois mil e sete, tomada ao abrigo das sobreditas disposições, foi decidido autorizar a

ACTA Nº. 21/2008
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 28 de Abril de 2008

constituição da empresa A.S. – Empresa das Águas de Santarém, EM, S.A., aprovando-se os respectivos Estatutos; -----

--- **Três**—Dando execução à deliberação da Assembleia Municipal de vinte e oito de Setembro de dois mil e sete, a Câmara Municipal, por escritura pública outorgada em catorze de Dezembro de dois mil e sete, pelo Notário Privativo desta Câmara, ao abrigo do disposto no número quatro do artigo oitavo da Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, constituiu a empresa A.S. – Empresa das Águas de Santarém, EM, S.A.; -----

--- **Quatro**—Na deliberação referida em dois, a Assembleia Municipal de Santarém autorizou a subsequente extinção dos Serviços Municipalizados de Santarém, a deliberar em momento oportuno; -----

--- **Cinco**—A empresa A.S. – Empresa das Águas de Santarém, EM, S.A. iniciou a sua actividade em um de Fevereiro de dois mil e oito; -----

--- **Seis**—Com o início da actividade da empresa serão assumidas, por esta, todas as posições contratuais que pertenciam aos Serviços Municipalizados de Santarém; -----

--- **Sete**—Com o início de actividade da A.S. – Águas de Santarém – EM, S.A., a actividade dos Serviços Municipalizados de Santarém tem-se resumido assim ao pagamento dos encargos anteriormente vencidos e não pagos e das receitas ainda por cobrar, até que sejam apresentados os relatórios e contas; -----

--- **Oito**—Por força do acima exposto, os Serviços Municipalizados de Santarém encontram-se actualmente em processo de extinção, tendo todas as suas atribuições sido transferidas para a Empresa das Águas de Santarém, EM, S.A. não se justificando, assim, a sua manutenção; -----

--- **Nove**—A empresa A.S. – Empresa de Águas de Santarém, EM, SA já cumpriu o disposto no número três do artigo quarenta e seis da Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, conhecendo-se nesta data quais os trabalhadores dos Serviços Municipalizados que optaram por se integrar no quadro de pessoal da empresa e quais os que optaram pelo quadro de pessoal do Município, estando alguns

deles a prestar serviço na empresa ao abrigo do regime da mobilidade previsto na Lei e estipulado no protocolo entre o Município e a Empresa; -----

--- **Dez**—Com a extinção dos Serviços Municipalizados importa assegurar as questões relacionadas com a gestão do pessoal com vínculo público oriundo desses Serviços; -----

--- **Onze**—Os serviços municipalizados constituem serviços dos municípios, estruturados segundo modelo empresarial, dotados de autonomia administrativa e financeira, mas sem personalidade jurídica autónoma, pelo que os funcionários afectos àqueles serviços dependem sempre em última instância da Câmara Municipal, competindo ao Presidente decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direcção dos recursos humanos afectos aos serviços municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do número dois do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro; -----

--- **Doze**—Para dar cumprimento ao disposto no número três do artigo quarenta e seis da Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro e para respeitar as opções que os trabalhadores fizeram, torna-se necessário garantir a manutenção dos lugares dos funcionários oriundos dos Serviços Municipalizados agora extintos, através da manutenção do respectivo mapa de pessoal, que se anexa, na tutela da Câmara Municipal, devendo os respectivos lugares ser extintos quando vagarem; -----

--- **Treze**—As novas regras impostas pela Lei número doze-A/dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro (que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas) incluem, entre outras, também a alteração da terminologia aplicável, nomeadamente, “as referências legais feitas aos quadros de pessoal e a lugares dos quadros consideram-se feitas a mapas de pessoal e a postos de trabalho, respectivamente”, não se justifica proceder de imediato à alteração do mapa de pessoal da Câmara, para dele passarem a constar os lugares necessários à integração dos trabalhadores referidos, uma vez que a reestruturação do mesmo deverá ser levada a cabo tendo em conta as novas regras e necessidades, podendo

ACTA Nº. 21/2008
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 28 de Abril de 2008

manter-se o mapa do pessoal oriundo dos Serviços Municipalizados, nos termos acima referidos, sendo que, posteriormente, em momento oportuno, poderá dar-se a fusão dos dois mapas de pessoal, caso tal venha a ser considerado necessário. -----

--- **Catorze**—Face ao acima exposto, não se justifica também o exercício de funções do Conselho de Administração daqueles Serviços, nem a manutenção das comissões de serviço dos dirigentes, que cessam com a extinção dos Serviços Municipalizados, nos termos da alínea c) do número um do artigo vinte cinco, tendo direito à respectiva indemnização nos termos do número um do artigo vinte seis, ambos da Lei número dois/dois mil e quatro, de quinze de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei número cinquenta/dois mil e seis, de trinta de Agosto; -----

--- **Quinze**—Todas as atribuições e competências para efeitos do processo de extinção podem ser exercidas directamente pelo Presidente da Câmara Municipal.-----

--- **Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:** -----

--- **Um**—Declarar extintos, com efeitos a partir da presente data, os Serviços Municipalizados de Santarém, dando execução às deliberações, supra identificadas, ocorrendo conseqüentemente a extinção do Conselho de Administração e a cessação das comissões de serviço dos dirigentes; -----

--- **Dois**—Que, em consequência desta extinção, passa a pertencer ao Município o mapa de pessoal, composto por todos os trabalhadores oriundos dos extintos Serviços Municipalizados, que não optaram pela integração na Empresa Águas de Santarém, delegando no Presidente da Câmara, com poderes de subdelegação, a gestão desse mapa e respectivos recursos humanos, garantindo assim integralmente os direitos trabalhadores com vínculo público;-----

--- **Três**—Que, em consequência desta extinção, a prestação de contas relativa aos meses de dois mil e oito, em que os Serviços Municipalizados estiveram em actividade, deverá ser apresentada no prazo de quarenta e cinco dias a contar da declaração da extinção, devendo ser de seguida remetidas ao Tribunal de Contas;-----

--- **Quatro**—Que, em consequência da extinção, são transferidos para a Câmara Municipal todos os activos e passivos dos Serviços Municipalizados, nomeadamente o respectivo saldo de conta;-----

--- **Cinco**—Nos termos do disposto na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e na alínea o) do número dois do artigo cinquenta e três, bem como da alínea c) do número um e no número cinco do artigo cinquenta e três, todos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, submeter à Assembleia Municipal a presente deliberação.-----

--- Câmara Municipal de Santarém, dezoito de Abril de dois mil e oito”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Extinção dos Serviços Municipalizados de Santarém**, nos termos da alínea o), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, vinte e seis votos a favor, sete votos contra e treze abstenções.-----

--- **PONTO DEZ – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**----

--- Pelo Grupo do PSD foi apresentada uma Moção na sequência do tornado ocorrido nas freguesias de Amiais de Baixo e Abrã.-----

--- Interveio o senhor **Joaquim Lucas**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, referindo que as freguesias afectadas pelo tornado foram as de Amiais de Baixo e Abrã e não Pernes como está mencionado na Moção, solicitando a respectiva correcção.

--- Usou depois da palavra a senhora **Idália Moniz** que referiu que todos nós estamos solidários com as populações afectadas pelo tornado de modo a que a situação seja reparada com celeridade.-----

--- Considerou que o teor da Moção deveria ser consensual, sugerindo duas alterações ao

enunciado da mesma: a primeira, deveria ser acrescentado às entidades referidas no penúltimo paragrafo “a Segurança Social e os diversos serviços públicos”; a outra, tem a ver com o último paragrafo que deveria terminar “...apoio às populações afectadas”. ----

--- Solicitou a palavra, a seguir, o senhor **Nuno Serra** que concordou com as sugestões do anterior orador.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** agradeceu publicamente as muitas manifestações de solidariedade e de disponibilidade de meios de muitos autarcas do país e sobretudo da região. -----

--- Destacou o empenhamento de todos aqueles que se envolveram em auxílio das populações afectadas pela tragédia.-----

--- Concluiu, criticando a postura do Chefe de Gabinete do senhor Governador Civil do Distrito de Santarém que lamentavelmente aproveitou uma situação de tragédia para insultar publicamente o Presidente da Câmara. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação, já com as alterações sugeridas, a seguinte Moção: -----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém reunida em sessão ordinária de vinte e oito de Abril de dois mil e oito delibera:-----

--- Expressar a sua mais viva solidariedade a todos aqueles que, de alguma forma, foram vítimas do tornado que, na manhã do passado dia nove de Abril, atravessou o distrito de Santarém, em particular as freguesias de Amiais de Baixo e Abrã. Não havendo felizmente vítimas mortais a lamentar, ocorreram ferimentos em algumas pessoas e os prejuízos materiais são muitíssimo elevados, considerando em particular as debilidades económicas daquelas freguesias. Os enormes danos causados em habitações, fábricas e infra-estruturas colectivas, tantas vezes fruto do esforço e motivação de uma vida, afectaram profundamente o quotidiano e perspectivas de futuro das populações atingidas. Urge, pois, deixar aqui uma palavra de estímulo, de apoio e empenho na partilha de um futuro mais promissor.-----

--- A Assembleia Municipal apresenta, ainda, as suas felicitações ao Executivo

Municipal, aos senhores Presidentes de Junta das Freguesias mais afectadas, ao Governo Civil, aos diversos serviços da Protecção Civil, aos Serviços de Saúde, à Segurança Social e aos diversos serviços públicos pela prontidão, eficácia e humanidade evidenciadas no apoio incansável prestado às populações e que, seguramente, muito contribuiu para minimizar o impacto da tragédia. -----

--- Por último, este órgão recomenda ao Executivo Municipal que prossiga na busca criativa e persistente, junto do Poder Central, de instrumentos jurídicos e financeiros de apoio às populações afectadas”.-----

--- Consumada a votação, foi a Moção em epígrafe **aprovada por unanimidade**. -----

--- Pelo Bloco de Esquerda foi apresentada a seguinte Moção: -----

----- **“Saudação ao Primeiro de Maio – Dia do Trabalhador”** -----

--- “O Governo tem vindo a ser *forte com os mais fracos*. Tem sido assim com os baixos aumentos de salários e pensões, nos elevadíssimos níveis de desemprego e precariedade, nos cortes com a protecção social no desemprego, no violento ataque à Segurança Social, ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública. É o Estado Social que está em causa com a governação do Partido Socialista.-----

--- Não bastando os enormes sacrifícios impostos com a obsessão do défice, os trabalhadores são agora confrontados com mais uma profunda ofensiva através dos Códigos do Trabalho para o sector privado e para a administração pública central e local – o novo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Os despedimentos simplex, a sua liberalização, o alargamento das causas para o despedimento colectivo, a continuação da negação do *tratamento mais favorável* para o trabalhador, a manutenção da precariedade, são algumas das propostas comuns, a que se junta a caducidade das convenções colectivas e a tendência para a individualização das relações laborais.-----

--- Comemorar o Primeiro de Maio é colocar a exigência de políticas de ruptura com as políticas liberais do Código do Trabalho, de aumentos intercalares de salários e de pensões tendo em conta o crescimento da inflação e de regularização de todos os precários da administração pública central e local, integrando-os nos quadros.-----

ACTA Nº. 21/2008
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 28 de Abril de 2008

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, decide saudar as Comemorações do Primeiro de Maio e todos os trabalhadores que exercem a sua actividade ou residem no concelho, bem como as suas organizações representativas e respectivas lutas pelo bem-estar e o progresso social”.-----

--- Interveio o senhor **Pedro Malaca** que fez a apresentação da proposta referindo que a mesma está em condições de ser votada pela Assembleia. -----

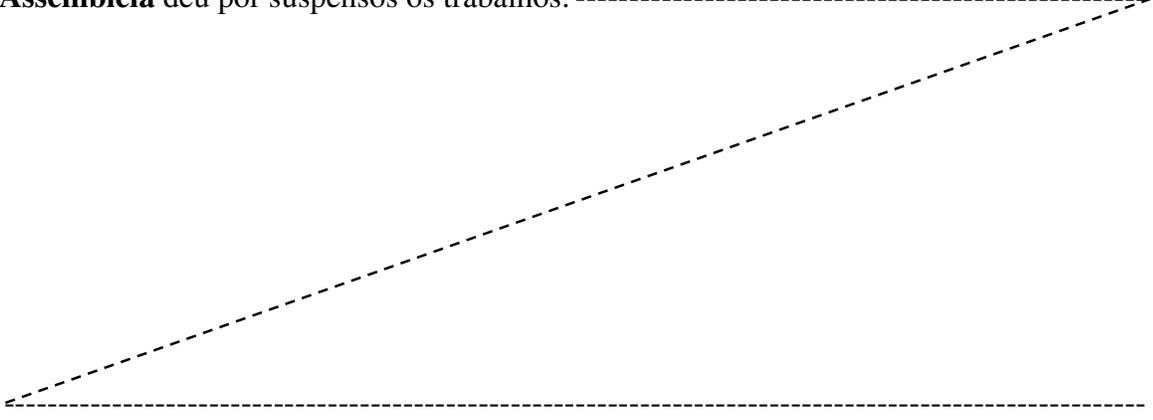
--- Usaram depois da palavra os senhor **Luís Almeida** e **Nuno Serra** que salientaram a importância de se comemorar o Primeiro de Maio. Contudo, não estão de acordo com os considerandos da Moção pelo que iriam votar contra. -----

--- Submetida a votação a Moção acima transcrita, foi a mesma **rejeitada por maioria.** -

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro, Cinco, Oito e Dez**, tendo sido **aprovados por unanimidade.** -----

--- Interrompida a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de oradores. -----

--- Eram uma hora e quinze minutos do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----



--- Aos treze dias do mês de Junho do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da sessão ordinária de Abril, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:-----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Joaquim da Conceição Rodrigues Neto, António Miguel Moura Pires, António Morgado Maurício d'Avó, Carlos Manuel Luís Catalão, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Hugo José Coelho Rodrigues, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra e Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José João Delgado Pedro (em representação do

ACTA Nº. 21/2008
Sessão Ordinária de Abril
2ª Reunião 13 de Junho de 2008

Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), João Carlos Pando Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Francisco João Rosado Fandango (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Marvila), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro David (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém) e Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros). -----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- José Luís Marques Cabrita, Carlos do Carmo da Cruz Trigo - Presidente da Junta de Freguesia de Casével e José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Catarina Fernandes Garcia Correia, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, Jaime Manuel Teodoro Santos, José Francisco Pereira Gandarez, Luís Filipe Piedade Valente, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, Lígia Corujo Reis Batalha, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves e Luís Manuel da Graça Batista. -----

--- Ausências: -----

--- Manuel António dos Santos Afonso. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade dos senhores **Hugo José Coelho**

Rodrigues que tomou posse para ocupar o lugar do senhor José Francisco Pereira Gandarez, eleito pela lista do Partido Social Democrata, que pediu a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento. -----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que, por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Abril, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----

--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO SEIS – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÕES DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E BALANÇO SOCIAL REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E SETE.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dois de Junho de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação e votação do **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém e Balanço Social referentes ao ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Ana Marta Rodrigues** que salientou que, em face das contas apresentadas e a avaliar pelo que foi dito a este propósito na reunião de Câmara, o Executivo Municipal parece estar satisfeito com a falta de resultados apresentados. Todavia, os eleitos do PS nesta Assembleia, segundo disse, não o estão atendendo ao aumento da dívida de cinquenta e três milhões de euros para sessenta vírgula três milhões de euros, entre dois mil e seis e dois mil e sete, apesar das receitas da autarquia terem aumentado em cerca de três milhões de euros, sublinhando que o executivo não fez obra que justifique este aumento da despesa.-----

--- Destacou que o investimento diminuiu cerca de sessenta por cento face ao ano de dois mil e cinco, salientando que em dois mil e cinco o investimento representava vinte e nove por cento da despesa total, enquanto em dois mil e sete este valor desce para os onze por cento.-----

ACTA Nº. 21/2008
Sessão Ordinária de Abril
2ª Reunião 13 de Junho de 2008

--- Afirmou não aceitar a justificação do aumento da dívida com o acréscimo das despesas com educação já que estas, quer nas actividades de enriquecimento curricular quer no programa de generalização do pré-escolar, que incluem despesas com pessoal, têm financiamento do Ministério da Educação.-----

--- Considerou que as únicas situações passíveis de deficit de financiamento são as ampliações de telheiros e a aquisição de pré-fabricados para refeitórios. Todavia, em sua opinião, tal não é suficiente para justificar o aumento da dívida.-----

--- Realçou os aumentos das despesas correntes, nomeadamente das horas extraordinárias, dos encargos com publicidade, da despesa com pessoal não do quadro, de outros serviços e outros trabalhos especializados, da aquisição de bens e serviços, que excede toda a despesa de capital, considerando que foi devido a todos estes acréscimos que a dívida do município se agravou.-----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Nuno Serra** que referiu que apesar dos números serem aqueles que estão plasmados no papel, na leitura de um relatório de contas as análises podem ser diversas e as mais variadas, uns poderão ver na óptica das receitas, outros pela despesa, outros pelos capitais circulantes, outros pelos rácios económico/financeiros e outros olharão através de uma análise para os valores imateriais que representa este documento.-----

--- No seu entender, um relatório e contas de um organismo do poder local, que tem como objectivo primeiro o serviço público e o fornecimentos de bens a população e que muitas vezes não são facilmente quantificáveis, os números terão que ser vistos, não na óptica fria do mais e menos, mas sim, na perspectiva do serviço que foi prestado à população com estes valores.-----

--- Referiu que o PSD está preocupado com a situação financeira da câmara, assumindo esta posição desde há alguns anos aqui nesta Assembleia sempre que falam da situação financeira do município. Não só se preocupam com aquelas que vieram do passado, mas também com as do presente, ao contrário de alguns em que a preocupação só se resume aos últimos dois anos.-----

--- Sublinhou que para alguns só existem prestações de contas criticáveis, orçamentos mal conseguidos e dívidas a partir de dois mil e seis. Mas lamentou desapontar todos aqueles que assim pensam, os problemas começaram lá muito atrás e tal como os de hoje, são de todos nós e só a nós nos cabe arranjar soluções para os resolver.-----

--- Realçou também pelo lado da receita um aumento na venda de bens e serviços. O que consequentemente originou um aumento das receitas próprias e deixa dessa forma a autarquia mais confortável no que diz respeito à independência financeira. No que diz respeito à despesa, efectivamente verificou-se um aumento total da dívida e com maior ênfase na de curto prazo. -----

--- Destacou que se olharmos para esta rubrica, sem a devida análise histórica, até poderíamos dizer que estávamos perante uma situação nunca vista. Contudo, olhando com a devida atenção, com o devido rigor, podemos observar que em dois mil e cinco o valor dessa dívida era de vinte e oito milhões de euros, passou para um valor de vinte milhões em dois mil e seis, uma diminuição de oito milhões de euros.-----

--- Lembrou que, em dois mil e cinco, os duodécimos das juntas estavam em atraso, algumas chegaram a ter cinco meses de atraso e falta de verbas para regularizar os compromissos com terceiros e a dívida de curto prazo, nessa altura, era de vinte e oito milhões de euros. Hoje, os duodécimos estão em dia, tem sido feito um esforço titânico e conseguido para regularizar os compromissos das dívidas com terceiros e a dívida é de vinte e seis milhões de euros.-----

--- Também em dois mil e cinco, segundo avançou, faltavam às escolas do concelho dignas condições de funcionamento, os parques infantis estavam num notório estado de degradação e muitos sem usufruto por parte das crianças. Hoje, temos as escolas equipadas com aquecimento, refeitórios e espaços de recreio dignos, temos parques infantis arranjados e outros novos por todo o concelho. Assim como não existia a transferência de competências do Governo para as autarquias, com todas as despesas que isso acarreta, e a dívida era igual-----

--- Salientou que, ainda em dois mil e cinco, existia uma rubrica de facturas em conferência, com um valor de mais de oito milhões de euros. Hoje, o valor dessa rubrica é menor em cerca de um milhão e meio de euros. -----

--- Interrogou se dar condições decentes às nossas crianças, dar-lhes a possibilidade de irem para escola e poderem tirar os casacos porque têm aquecimento, ou não ter parques infantis em condições e espalhados pelo concelho por forma a que as crianças ocupem os seus tempos livres e se sintam felizes, assim como ter dívidas às juntas, para com aqueles que são o primeiro contacto com os munícipes, é uma boa razão para não aumentar a dívida.-----

--- Disse não compreender porque é que aqueles que condenam o aumento destas verbas, quando feito em prol da população, não se insurgiram, em dois mil e cinco, quando a dívida era bem maior e pelos vistos o serviço prestado era muito menor.-----

--- Afirmou que neste caso verifica-se mais uma situação insólita, quando todos apregoam que temos um aumento do passivo e que isso é escandaloso, esquecem-se por bem e a bem do rigor, de olhar para o activo que aumentou relativamente ao ano transacto cerca de quarenta milhões de euros.-----

--- Realçou que podemos também olhar para os rácios e destes destacar os do endividamento e a estrutura da dívida, que mostram o quanto melhor está a autarquia em relação a dois mil e cinco, destacando também os rácios da estrutura da receita, bastando só olhar e ver que nem tudo o que se apregoa é o correcto. -----

--- Referiu também que o actual governo PS decidiu penalizar as autarquias que não cumprissem o rácio do endividamento líquido. Este endividamento foi ultrapassado no ano passado e segundo o Governo a autarquia de Santarém passou a estar na lista negra. Todavia, hoje que esse rácio foi cumprido, o Município saiu da lista negra, pelo que aos olhos do Governo é uma câmara que tem capacidade de se endividar e que está em boa gestão o que, em seu entender, é salutar.-----

--- Sublinhou que gostaria de mais uma vez dizer que tal como todos aqui, também estão preocupados com a situação financeira da câmara, considerando que este executivo tem

feito um grande esforço na contenção das despesas correntes e na arrecadação de receitas e pela nova realidade dos financiamentos locais, tem conseguido prestar um serviço digno e de devido reconhecimento à população, em especial às crianças e idosos.-----

--- Concluiu, frisando que a bancada do PSD acredita neste executivo e considera que este aumento da dívida de curto prazo tem um benefício imaterial e material que a justifica plenamente. Assim como acredita também que a questão financeira será sempre um factor de atenção e controlo por parte do executivo, que continuará na busca de soluções para que o saneamento financeiro seja cada vez mais uma realidade. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Luís Almeida** que começou referindo que o presente relatório personifica o espanto e admiração do feito extraordinário da gestão do actual executivo, sobretudo pelo incrível resultado final. -----

--- Prosseguiu, salientando, que a Câmara apesar de ter aumentado a receita e sem ter realizado obra aumentou a dívida, o que, em seu entender, não deixa de ser extraordinário. -----

--- Considerou que os documentos apresentados são o reflexo e a constatação da gestão que o actual Presidente da Câmara imprime ao Município, destacando que irá votar contra este relatório pela gestão demagógica e irresponsável do actual Executivo. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Pedro Malaca** que criticou as contas apresentadas pelo Executivo, solicitando breves esclarecimentos acerca do aumento da dívida. -----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, que referiu, em primeiro lugar, há que reconhecer que se está perante um Relatório e Contas que pode e deve ser analisado como espelho de uma gestão da inteira responsabilidade do PSD. -----

--- Com efeito, em Outubro de dois mil e cinco, o actual executivo, condicionado pela herança de uma dívida cujos contornos e avaliação demorou muito tempo a perceber e contabilizar, levou grande parte do ano de dois mil e seis a determinar com exactidão os resultados de uma gestão desastrosa que se estendeu por mais de trinta anos. -----

--- Disse, a seu ver, cometer-se uma grave injustiça assacar culpas desta situação apenas

ao mandato de Rui Barreiro, considerando que a responsabilidade deverá ser atribuída e partilhada por toda a gestão do Partido Socialista. -----

--- Salientou que na realidade existem aspectos positivos na actual gestão do concelho de Santarém, nomeadamente a significativa vitória do PSD que terminou com a hegemonia dinástica do PS. Contudo, tratando-se de uma vitória legítima do PSD, o seu mérito deve ser atribuído de forma decisiva ao prestígio nacional do actual Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Dr. Moita Flores.-----

--- Destacou que de entre os aspectos positivos devem ser atribuídos à actual gestão municipal o esforço realizado com vista a diminuir a volumosa dívida de curto prazo, principalmente às Juntas de Freguesia, colectividades e demais fornecedores.-----

--- Falou do relacionamento com as Juntas de Freguesia e a regularidade das transferências financeiras, feitas ao abrigo e no cumprimento de compromissos legais existentes, que se alteraram de forma profunda, assim como os protocolos e outras obrigações com associações e colectividade, melhoraram significativamente, referiu. ---

--- Reconheceu a qualidade e rigor material do presente documento em apreciação. Contudo, apesar destas significativas alterações, no entender da CDU teria sido possível fazer melhor.-----

--- Considerou que às medidas de gestão reflectidas por estes documentos apresentados, continua a faltar uma visão estratégica para o desenvolvimento do concelho e o enunciado de prioridades de intervenção para concretização das mesmas. -----

--- Salientou que de facto quando se afirma, por exemplo, que foi com enorme esforço financeiro investido no parque escolar do primeiro ciclo, verifica-se que o mesmo não foi tão grande como se anuncia, ignorando-se o correspondente aumento das verbas transferidas pelo Poder Central para o efeito. -----

--- Concluiu, dizendo que, sem se quererem envolver na sempre enfadonha citação de números e percentagens, a evolução da dívida, particularmente da dívida de curto prazo, não se alterou de forma positiva como era legítimo esperar. De igual modo, as receitas e despesas correntes da Câmara Municipal de Santarém evidenciam tendências de perigoso

desequilíbrio que importa analisar detalhadamente.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Presidente da Câmara** que manifestou o seu agrado pelo facto da Câmara Municipal de Santarém ter saído da lista dos Municípios mais endividados, sublinhando que quem quiser considerar isso como uma acto de boa gestão deveria ter a coragem de o assumir também para além da demagogia das intervenções aqui havidas.-----

--- Solicitou ao senhor deputado Luís Almeida para quando se dirigisse ao Presidente da Câmara, pelo menos aqui neste órgão, tenha a dignidade e respeitabilidade institucional ao falar do Presidente Câmara, referindo que o senhor deputado faz parte do grupo que foi desaposado do Poder a vinte cinco de Outubro de dois mil e cinco, considerando que essas derrotas por vezes são difíceis de digerir.-----

--- Prosseguiu referindo que a CDU deveria ter a consciência profunda das coisas e não tem porque senão não faria as críticas gratuitas que aqui produziu e concluiu afirmando que ainda não está no tempo de se fazer um balanço do seu mandato porque esse será feito em Outubro de dois mil e nove.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Luís Almeida** referindo que as palavras do senhor Presidente da Câmara merecem uma resposta e essa é a dignidade do silêncio. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Ramiro Matos** que salientou que a CDU proferiu aqui uma crítica às Contas da Câmara totalmente diferente daquela que fez nos órgãos de comunicação social. -----

--- Criticou o Partido Socialista pela análise efectuada às Contas do Município esquecendo o passado quando grande parte das dívidas são da sua responsabilidade, considerando lastimável que uma questão tão seria como é o problema do passivo do Município seja tratada de forma leviana. -----

--- Lamentou que a oposição não tenha realçado que o actual executivo aumentou a capacidade de endividamento do Município de cerca de um milhão de euros para mais de dez milhões de euros em termos de médio e longo prazo.-----

--- Disse que também não ouviu aqui afirmar, por esta ou aquela força política, que não

concordavam com as prioridades estabelecidas pelo executivo durante o ano de dois mil sete, fazendo deste modo uma apreciação política do documento em apreço. -----

--- Prosseguiu destacando que relativamente ao compromisso das obras em curso verifica-se uma execução de noventa e um por cento nas despesas correntes e nas de capital setenta e nove por cento. -----

--- Esclareceu que as receitas que cobrem as despesas de educação provêm do fundo social municipal, lamentando que se venha falar de gastos em telheiros e pré-fabricados para as escolas, referindo os investimentos realizados no parque escolar do concelho. ---

--- Realçou que a execução global do orçamento se cifrou entre os oitenta e cinco por cento e os noventa por cento, acrescentando que os pagamentos dizem respeito apenas ao ano em curso.-----

--- Avançou que do mapa da dívida onde estavam inscritos cerca de onze milhões de euros respeitantes a despesas sem cabimento, no final de dois mil sete apenas constam dois milhões e quinhentos mil euros. -----

--- Concluiu afirmando que não foi por vontade do PSD que as soluções apresentadas pelo actual executivo para sanear financeiramente a autarquia não foram viabilizadas. ---

--- Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para criticar que a bancada do PS venha falar dos gastos com telheiros nas escolas, salientando que o executivo a que preside não irá poupar um cêntimo em matéria de investimento nas escolas, considerando que o mesmo é fundamental e estratégico no desenvolvimento do concelho. -----

--- Solicitou a palavra novamente a senhora **Ana Marta Rodrigues** para referir que o senhor Presidente da Câmara ouviu mal porque aquilo que teve a oportunidade de afirmar foi que “as únicas situações passíveis de deficit de financiamento foram as ampliações de telheiros realizadas e a aquisição de pré-fabricados”, aproveitando para sublinhar que a Câmara recebe também verbas provenientes da DREL. -----

--- Por último, retomou a palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** para informar que em dois mil e sete o executivo gastou cerca de oito milhões e cento e oito mil euros em educação quando em dois mil e seis tinha gasto pouco mais de cinco milhões de euros. --

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém e Balanço Social referentes ao ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **deliberado apreciar desfavoravelmente**, com vinte e cinco votos contra, vinte e três votos a favor e cinco abstenções. -----

--- Pela senhora **Ana Marta Rodrigues** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: ---

--- “Estas contas não traduzem mais do que o defraudar das expectativas criadas aquando da mudança de liderança autárquica, quando se prometia que em cem dias se resolveria o problema da dívida junto dos credores. -----

--- O que se assiste actualmente é a uma situação caótica do ponto de vista financeiro, em que ao aumento de dívida (à razão de cerca de um milhão de contos – cinco milhões de euros ano), ao qual corresponde uma total ausência de obras essenciais. Cite-se a título de exemplo, os sistemas de saneamento de Alcanede e de Almoster, cujos projectos se encontram concluídos há dois anos e até agora obra, nada! -----

--- Enquanto isso, gasta-se o dinheiro em intervenções de fachada, como é o caso das rotundas de Santa Engrácia, enquanto os credores, entre eles numerosas pequenas empresas, nas quais a actual Câmara tem vindo a contrair dívida desde o início do mandato, continuam à espera ou seja a ver navios. -----

--- Até agora, em termos de obra e investimento de monta em benefício das populações nada foi feito e, paradoxalmente, as contas da Câmara nunca estiveram tão más, sendo a execução orçamental a mais baixa de sempre! -----

--- Tudo isto mais não é do que o reflexo da má gestão da actual maioria PSD, na Câmara Municipal de Santarém. -----

--- O Partido Socialista não pode ignorar esta prestação de contas e esta má gestão dos dinheiros públicos, por isso votou contra”. -----

--- PONTO SETE – RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E SETE.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dois de Junho de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do **Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém referentes ao ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Usou da palavra o senhor **Eugénio Pisco** salientando que a intervenção que irá fazer é aquela que não gostaria de fazer, referindo que as contas que estão em apreciação dizem respeito aos Serviços Municipalizados de Santarém que já não existem o que quer dizer que iremos ter uma outra entidade que irá substituir estes Serviços Municipalizados, no entender da CDU, com prejuízos para o concelho e a população. -----

--- Considerou que a apreciação destas contas não faz tanto sentido, daí que votando a favor das mesmas, não tanto pela sua apreciação e pelos resultados para o futuro dos Serviços Municipalizados, tem esta carga de algum desencanto e de alguma expectativa negativa em relação àquilo que aí vem com a empresa “Águas de Santarém”. -----

--- Concluiu, manifestando alguma frustração pelo facto de, em tempos mais próximos, já não irem apreciar nos mesmos moldes as contas deste sector da actividade municipal.-

--- Dada a inexistência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém referentes ao ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **deliberado apreciar favoravelmente por unanimidade.** -----

--- PONTO OITO – PROPOSTA DE EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM.-----

--- Este ponto foi apreciado na reunião plenária de vinte e oito de Abril de dois mil e oito. -----

--- PONTO NOVE – ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – EXPANSÃO DA ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO QUINTA DA MAFARRA.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e oito de Abril de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação da proposta de **Alteração ao Plano Director Municipal – Expansão da Zona de Desenvolvimento Económico Quinta da Mafarra**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo sessenta e quatro, conjugado com o previsto na alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, ambos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, nos termos e com os fundamentos apresentados na informação número sessenta, de vinte e três de Abril de dois mil e oito, da Divisão do Ordenamento do Território”. -----

--- Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que considerou razoável a proposta apresentada tendo em conta a carência deste tipo de espaços em Santarém. Contudo, levantou algumas reservas em relação a um espaço entre a Estrada Nacional três e a Estrada Nacional três ponto dois onde existe uma espécie de ângulo aberto o que pressupõe que esta situação foi deixada a pedido. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Eugénio Pisco** que referiu que gostaria de saber, da parte do executivo, da bondade da proposta apresentada dado que a documentação não veio acompanhada da acta da reunião do executivo onde este assunto foi discutido. -----

--- Tomou, seguidamente, a palavra o senhor **João Lucas** que salientou a importância que este assunto poderá ter no futuro de Santarém em termos de desenvolvimento económico. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Vereador Ramiro Matos** que esclareceu que este processo é antigo já tendo sido inclusive objecto de apreciação por este órgão a fim ser instruído junto da CCDR. Acrescentou que depois do referido processo ter percorrido todos os trâmites foi remetido novamente à Assembleia para validação da sua versão final.-----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Alteração ao Plano Director Municipal – Expansão da Zona de Desenvolvimento Económico Quinta da Mafarra**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e quatro votos a favor, zero votos contra e cinco abstenções. -----

--- PONTO DEZ – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. ----

--- Este ponto foi discutido na reunião de vinte oito de Abril de dois mil e oito. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Seis, Sete e Nove**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. ----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Luís Romão** que referiu que está a decorrer a discussão pública do PROT, salientando que teve a oportunidade de manifestar junto do senhor Presidente da CCDR-LVT a importância de se realizar, em Santarém, uma sessão pública sobre este tema.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre a atribuição de verbas para a recuperação do património em Santarém.-----

--- Quis saber se a Câmara já tem disponível para consulta a documentação respeitante ao estudo de impacto ambiental da alteração do traçado da Linha do Norte.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que as propostas apresentadas pelo Município de Santarém, no âmbito do PROT, foram aceites na ordem dos oitenta e cinco por cento. Relativamente ao local das sessões públicas acerca deste assunto, disse ser a CCDDR quem decide sobre essa matéria. -----

--- Prestou esclarecimentos sobre as verbas para intervenção no património, referindo que na sequência das petições apresentadas pela Câmara foi realizada uma visita aos monumentos de Santarém, por uma equipa do IGESPAR, de modo a ser feita uma análise daquilo que era necessário para cada um deles.-----

--- Concluiu, informando que os documentos respeitantes ao estudo de impacto ambiental da alteração do traçado da Linha do Norte estão disponíveis para consulta nos serviços da Câmara Municipal de Santarém.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado o **Período de Intervenção do Público**.-----

--- Eram vinte e três horas e trinta minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----